

REPRESENTAÇÕES
DA MORTE INFANTIL
DURANTE O SÉCULO
XIX NO RIO DE
JANEIRO E NA
INGLATERRA:
UM ESBOÇO COMPARATIVO
PRELIMINAR

Contato
Universidade Federal de Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/n
36570-000 – Viçosa – Minas Gerais
E-mail: llvailati@uol.com.br

Luiz Lima Vailati

Professor visitante do Departamento de História
da Universidade Federal de Viçosa - Doutor em
História Social pela Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo procederá a um esforço comparativo sobre as práticas e representações que cercam a morte infantil no Rio de Janeiro e na Inglaterra no século XIX. Considerando a diversidade radical que uma primeira leitura sugere entre os casos e a existência de estudo para ambos, buscar-se-á uma melhor apreensão das respectivas particularidades e reavaliar algumas hipóteses gerais acerca da evolução da sensibilidade em relação à infância no Ocidente.

Palavras-chave

História da infância – história da morte – Brasil e Inglaterra (século XIX).

REPRESENTATIONS
OF CHILD DEATH
IN NINETEENTH
CENTURY'S BRAZIL
AND ENGLAND:
A PRELIMINAR
COMPARATIVE SKETCH

Contact
Universidade Federal de Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/n
36570-000 – Viçosa – Minas Gerais
E-mail: llvailati@uol.com.br

Luiz Lima Vailati

Visiting Professor at the History Department of
Universidade Federal de Viçosa – PhD in Social
History at Universidade de São Paulo

Abstract

This paper will carry out a comparison between the data and discussions on the practices and attitudes surrounding child death at Rio de Janeiro and England in the nineteenth century. Considering the radical diversity that a first reading suggests between them and the existence of studies for both, it will seek a better capture of the specificity in each one and review some general hypotheses about the evolution of sensitivity on childhood in the West.

Keywords

Death history – childhood history – Brazil and England (XIXth century).

Introdução

Os visitantes e exploradores estrangeiros que no Brasil estiveram ao longo do século XIX dispensaram, em suas memórias e diários de viagem, uma atenção especial ao gestual funerário testemunhado aqui, oscilando, em relação a essa experiência, da admiração à indignação. A razão disso coube, em parte, ao modo espetacular com que então se apresentava essa prática, traço que manifestava ali uma de suas formas mais salientes de nossa religiosidade. Assim, foram por eles interpretadas como expressão de uma espiritualidade primitiva, atribuída, sobretudo, à influência da Igreja católica no país e sua tolerância para com superstições de origens as mais diversas. Causavam profunda impressão, em especial, os funerais de criança. Segundo se observa nessas descrições, a surpresa se devia, de um lado, ao investimento material desproporcional à pequena importância social da criança e, de outro, a um colorido festivo e a manifestações de jubilo. Assim, acrescentavam algo mais à interpretação que esses forasteiros tinham das práticas fúnebres brasileiras. Testemunhariam, de um lado, o uso indiscriminado e insensível que aqui se fazia dos eventos públicos para a ostentação de signos de distinção e, de outro, o fraco sentimento familiar de que sofria a sociedade brasileira, ambas características apresentando-se a eles como severo empecilho ao progresso da nação.¹

Em vista dessa constatação, julguei pertinente, como complemento a um estudo das representações da morte infantil no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) do século XIX,² proceder a uma análise comparativa com o caso da Inglaterra, pátria de um dos viajantes (John Luccock, comerciante de Yorkshire, que desembarcou no Brasil em junho de 1808 e permaneceu neste país até 1818) que mais vivamente expressou estranhamento em relação às práticas em torno da criança morta aqui³ e que tem sido objeto de uma

¹ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

² Idem.

³ A seguinte passagem de John Luccock ilustra bem essa reação: “Ó como estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último de meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou!” repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse considerado efeito de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar a desculpas dessa espécie. Não posso ter uma opinião boa sobre o futuro de um estado onde assim se dissolvem os mais fortes laços dos seres desse mundo”.

série de estudos, em especial no campo da literatura, concernente às representações da morte infantil durante o período que nos interessa. Essa comparação corresponderá a um dos objetivos deste artigo que é iluminar, pelo confronto, a especificidade dos casos analisados. Isso consiste em indagar se estamos, de fato, em meados do XIX, diante de atitudes em relação à morte infantil absolutamente antagônicas entre os dois países, conforme sugerem as reações dos viajantes estrangeiros, e qual a natureza dessa diferença. O outro objetivo é tentar definir melhor – amparado pelo escopo mais abrangente que o exame desses contextos variados permite – algumas hipóteses a respeito da percepção e lugar social da criança e as transformações operadas nesse âmbito, em especial a assunção de que a história da infância no Ocidente, desde o final da Idade Média, resume-se fundamentalmente a uma crescente sensibilidade quanto a sua especificidade.

A despeito das diferenças algumas vezes existentes no que toca aos problemas abordados e às fontes utilizadas entre a pesquisa sobre o Brasil e a dos autores sobre a Inglaterra, consultados aqui, e com o cuidado de se restringir a questões às quais os dados e análise autorizavam considerações suficientemente controladas, foi possível fazer a pretendida comparação e chegar a conclusões que julgo bastante pertinentes ao objetivo proposto. Tendo isto em vista, bem como uma melhor visualização da comparação realizada, estruturei o texto a partir de cinco pontos específicos nos quais serão confrontadas as diferentes atitudes inventariadas aqui e ali. Entendo que esses pontos de modo algum esgotam as possibilidades atualmente disponíveis de abordagem e exame das atitudes e representações da morte infantil, mas, como já foi dito, para a nossa história comparativa, são aqueles que as evidências sinalizaram com mais segurança e que a reflexão mostrou serem mais ricos em significado. São eles: (1) o modelo religioso e a vivência efetiva, no qual indagaremos a respeito da existência da diferença geral tanto para o caso inglês como para o brasileiro, entre os modelos, prescrições e normas que gravitam em torno da morte menina e a forma com que esse evento é de fato vivenciado pelos indivíduos diretamente envolvidos; (2) o público e o privado, em que se procurará observar quais tipos de comportamentos diante desse evento são vistos como adequados para a esfera pública e quais são restritos ao âmbito privado; (3) os cuidados espirituais, em que tratarei de verificar quais são

(LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 80).

os cuidados prescritos e de fato agenciados para com a criança que está a morrer; (4) avaliar, para cada caso, os diferentes sentidos dados à morte infantil; e, por fim (5) procurar levantar, a partir de uma abordagem própria à história social, as forças históricas que permitem entender as diferenças e semelhanças entre essas representações e a forma como se transformaram e, em especial, delinear o estatuto da criança morta nesses dois contextos.

Os “contextos” em questão

Antes de dar início a este esboço, são necessárias algumas considerações para que possamos mais adequadamente precisar os universos cujas representações serão submetidas à comparação. A primeira delas diz respeito às fontes utilizadas e, por conseguinte, à representatividade dos dados que temos em mãos. Julgo ser mais oportuno fazer isso por meio de um panorama geral desses testemunhos, porque a própria natureza deste artigo, cujo desenvolvimento se constrói sobre informações resultantes, na maior parte das vezes, de um tratamento serial das fontes, não permite que a argumentação seja amparada na identificação individual delas, sem que isso exorbite as dimensões que cabem a um artigo.

No caso dos dados sobre o Rio de Janeiro, as fontes utilizadas, em linhas gerais, são: os já mencionados relatos de viajantes estrangeiros que por aqui estiveram ao longo de todo o século XIX, desde a abertura dos portos em 1808 (na maior parte, ingleses, franceses e norte-americanos), cujas narrativas permitiram a reconstituição de determinadas práticas fúnebres, apesar dos eventuais exageros e da atenção quase exclusiva dada ao que é percebido como “pitoresco”; os compêndios e manuais eclesiásticos – alguns em vigência no período abordado e outros propriamente produzidos durante esse período – que nos dão a conhecer não apenas a ortodoxia a respeito dessas práticas e, conseqüentemente, as representações veiculadas pela Igreja em atuação no Brasil, mas, também, dado seu caráter repressor, as práticas efetivas da população, permitindo assim controlar melhor as informações obtidas dos viajantes; a documentação de caráter particular, no geral cartas e memórias, mais comuns para a segunda metade do XIX, mas não limitada a ela, as quais, ainda que restritas às elites, são testemunho importante no vislumbre das atitudes e sensibilidade leigas, sobretudo aquelas cuja expressão está, de algum modo, interdita à esfera pública; as inscrições tumulares, lugar privilegiado de uma nova manifestação pública face à morte infantil, principalmente a partir do final do último quartel do século estudado; e, por fim, as teses médicas que, produzidas a partir da segunda metade do século,

quando da criação da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, são índice de uma radical transformação nos significados da morte infantil. Com efeito, como se pode notar, as práticas e representações que minha pesquisa pôde melhor reconstruir, sobretudo em nível discursivo, são principalmente aquelas respeitantes às parcelas da população elas próprias capazes de deixar registro, ou seja, a elite e as camadas médias da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, são aquelas não apenas sob uma maior influência da Igreja e mais capazes de responder à suas exigências, mas também aquelas cuja situação forçou uma assimilação maior às novas modalidades de vida e valores trazidas pela urbanização e mais direta integração do país ao mercado mundial, elementos diretamente implicados no fenômeno aqui abordado e suas transformações. Assim, é no tocante a esse grupo que minha pesquisa tem maiores condições de falar com segurança e é sobre ele que será feita a comparação. Lamentavelmente, esse não é o caso da população pobre e dos escravos, cuja recuperação das práticas e representações, nas poucas vezes em que foi possível, não foi suficiente para que ali se identificassem as particularidades decerto existentes. Não obstante, a pesquisa, ainda que assim limitada em termos de abrangência social, foi capaz de observar as diferenças coevas de visão e comportamento e suas transformações, das quais procurarei dar conta ao longo do texto.

Sobre a Inglaterra, ainda que só tenha tido acesso, via de regra, às considerações já elaboradas dos autores consultados sobre as fontes por eles pesquisadas, é possível também, por meio do que eles nos apresentam, mapear a incidência sócio-histórica das representações abordadas em suas análises. Os testemunhos a partir dos quais os autores nos quais nos apoiamos trabalharam são, de modo geral, os seguintes: livros de educação religiosa infantil (pertencentes tanto à tradição evangélica como à puritana) em que a tópica da morte infantil é muitíssimo recorrente; a literatura romântica – poesia e prosa, ambas também permeadas pelo assunto; e os chamados “livros de consolação”, modalidade editorial dedicada a amparar psíquica e espiritualmente aqueles envolvidos com a perda de entes queridos, muitas vezes crianças. Editados e impressos, na grande maioria das vezes, em Londres e, em seguida, em Oxford, podemos dizer com mais segurança que é a estes contextos urbanos e aos grupos capazes de produzir e consumir esse material – os setores letrados da sociedade inglesa que esse material diz mais a respeito. Com efeito, se a maior alfabetização e a própria diretriz missionária de algumas das confissões envolvidas, como é o caso do metodismo (cuja

prédica se voltou especialmente às camadas populares),⁴ permitem presumir uma abrangência social mais dilatada que no caso brasileiro, as análises e os dados disponibilizados pelos autores não favorecem a percepção de diferenças significativas em termos de classe. Esse é também, grosso modo, o quadro quando o parâmetro é de ordem confessional, ainda que isso se apresente de uma forma muito mais matizada. Apesar da identificação de elementos cuja origem pode ser localizada em um registro doutrinário específico (como é, por exemplo, a tal “representação puritana”), o que fica sugerido da leitura dos estudos sobre a Inglaterra é que estes estão disseminados e combinados ao longo do espectro social e não se limitam, na sua expressão, a grupos religiosos específicos.⁵ Ainda assim, se as diferenças de ênfase são evidentes e não foram (tampouco serão aqui) negligenciadas, também é verdadeiro, em vista do que nos é oferecido pelas pesquisas disponíveis, que, para alguns grupos religiosos, como anglicanos não-evangélicos e, sobretudo, católicos, não é possível recuperar sua particularidade. Esse não é o caso dos puritanos e dos evangélicos (tradição esta na qual os autores englobam, indistintamente, metodistas e os anglicanos reformados) que são muito mais bem representados pelas análises utilizadas e cuja mútua especificidade pode ser delineada com um pouco mais de segurança. Assim, é mais prudente assumir que, na maior parte das vezes em que falamos da Inglaterra, estamos efetivamente tratando das camadas letradas entre os puritanos e evangélicos (ou sob sua influência, que, entre 1800 e 1870, é o caso de uma parte bastante considerável da sociedade inglesa, de alto a baixo, dada a força do movimento)⁶ residentes nas cidades como Londres e Oxford.

⁴ HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981, p. 53-92.

⁵ Como observa, por exemplo, Gillian Avery sobre a revista de orientação calvinista *The Children's Friend* (1824-82), esta era procurada, durante o XIX, mesmo entre famílias de outra confissão. (AVERY, Gillian. *Intimations of mortality: the puritan and evangelical message to children*. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 87-110). Esse também é o caso da chamada “representação romântica da infância” que, como o nome sugere, está francamente presente na literatura do período, não apenas porque seu enorme sucesso sugere que seu consumo não se limitou a grupos religiosos específicos, mas também elementos comuns a essa representação estarão mais tarde presentes, por exemplo, na literatura evangélica. JAY, Elizabeth. “Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!”: the use and abuse of the dying child in the evangelical tradition. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 111-132.

⁶ JALLAND, Pat. Victorian death and its decline: 1850-1918. In: JUPP, Peter; GITTINGS, Clare (eds.). *Death in England: an illustrated history*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 2000 (1999), p. 230-255.

Em segundo lugar, não é demais lembrar que o longo intervalo de tempo abordado (o século XIX) deu lugar, para ambos os casos, a importantes transformações no que toca ao objeto em questão. Nesse sentido, cabe dizer que aqui serão confrontados mais do que apenas dois contextos distintos (referentes aos dois lugares escolhidos), se considerarmos ao menos que o universo a que tivemos acesso nos dois casos apresenta, entre o início e o final do século XIX, configurações claramente distintas. Assim, as transformações observadas nas duas localidades serão, em cada uma das dimensões enunciadas acima, também objeto de comparação, bem como as forças históricas atuantes ao longo do século XIX (a serem abordadas no último item) que, para cada um dos dois casos, estão na origem dessas mutações.

O modelo religioso e a vivência efetiva

Ao compararmos os conjuntos de dados disponíveis para as cidades do Rio de Janeiro e para a Inglaterra, uma similitude fundamental salta aos olhos. É notável, para ambos os lados do Atlântico, como ficará exemplificado nos itens que se seguem, a coexistência entre duas formas gerais bastante distintas de significar a morte infantil, correspondentes, por um lado, ao que poderíamos chamar de ortodoxia religiosa e, por outro, às reações por parte daqueles concreta e diretamente envolvidos com a morte de uma criança, especialmente aqueles cujo parentesco ou convívio eram próximos.

De fato, no caso brasileiro, no tocante ao entendimento da morte menina, bem como aos cuidados e expectativas associados a ela, é bastante saliente a diferença quando comparamos o que a esse respeito somos informados pela leitura dos manuais e compêndios eclesiásticos produzidos e circulantes no período em estudo e o que os testemunhos (como, por exemplo, os relatos de viagem, registrando comportamentos manifestados publicamente, e a documentação de caráter particular, que fixam as reações exclusivas do foro íntimo) denunciam sobre as atitudes desencadeadas por ocasião desses eventos. Para a Inglaterra é observada essa diferença também, sendo evidente, como se verá a seguir, a distinção entre certa visão da morte infantil conforme propugnada pela literatura puritana e evangélica e as representações engendradas pelos fiéis, nas ocasiões em que morrem ou estão na iminência de morrer crianças cuja relação com estes fiéis é bastante estreita. É necessário observar apenas que, se no Rio de Janeiro fica claro que os veiculadores dessas representações são grupos sociais e indivíduos na maior parte das vezes distintos, ou seja, clero e leigos, assim não se passa no caso inglês. Ali, os representantes da ortodoxia são também os produ-

tores desse discurso diferenciado relativo àqueles que vivenciam a perda prematura de um ente querido, na maioria das vezes na condição de pais, o que oferece uma oportunidade ímpar para a observação dessa modulação de discursos e representações coexistentes nesse contexto e a distância efetiva que se instaura entre a norma e a prática.

A natureza dos cuidados espirituais

No que se refere à existência e à natureza dos cuidados de ordem espiritual dispensados à criança que morre, temos, em grandes linhas, o seguinte quadro: no que concerne às prescrições constantes dos manuais e compêndios eclesiásticos, constatou-se uma diferença marcada entre o que se exige em caso de morte para adultos e o que é mandatário para as crianças, sendo o elemento definidor da condição infantil a ausência do “uso da razão”. Uma característica geral dessas cauções específicas que a Igreja prescreve à criança ao morrer é o que se pode chamar de *gravidade atenuada*, que se manifesta pela exigência exclusiva, ainda que veemente, do batismo como caução salvífica, bem como por uma parca preocupação em regular outros aspectos do cerimonial fúnebre infantil, permitindo neste aquilo que se proibia nos funerais de adultos. Quanto a esse último aspecto, vale dizer que a Igreja parece incomodada particularmente com a tendência que a população tem em fazer uso dos mesmos sinais (cor e adereços) para crianças, moças virgens e solteiros. Por sinal, entre as práticas rituais efetivas levantadas para o Rio de Janeiro (auferidas nas denúncias e proibições constantes dos livros eclesiásticos, nos livros de registro de óbito e nos relatos dos viajantes), ficou evidenciada, em primeiro lugar, a identificação feita entre os três – crianças, moças virgens e solteiros –, sugerindo que, por parte da população leiga, é forte a associação entre infância e ausência de prática sexual. Em segundo, é notável, para a criança, a quase ausência de cuidados relativos à preparação para morte, em franco contraste com a imensa inversão social e material nos rituais *post-mortem*, insinuando que se trata menos de um cuidado para o bom encaminhamento da alma do que uma homenagem à criança que, ao morrer, é alçada a um novo e mais elevado estatuto social, representação que teremos oportunidade de discutir mais adiante.

É precisamente o oposto o que observa no caso inglês, no qual o investimento ritual para com a criança que morre concentra-se todo na preparação para a morte, com a ênfase colocada na conversão do jovem moribundo. Em primeiro lugar, é necessário observar, como o fez Elizabeth

Jay,⁷ que, a despeito da descrença evangélico/puritana no papel decisivo das horas finais, era dada grande importância à catequese da criança fatalmente doente a ser feita por profissional apropriado, o que garantia dupla autoridade ao processo. De fato, como lembra Gillian Avery,⁸ a doutrina da predestinação não eximia os pais de prover a educação religiosa dos filhos. Segundo o autor, a partir do século XVII, começam a surgir livros para audiência infantil que corresponderiam a essa preocupação protestante por uma formação que assegurasse a salvação – tendo-se em vista, sobretudo, a frequência de mortes prematuras. A esse respeito, Pat Jalland⁹ lembra o que era esperado da leitura desses textos: que a criança soubesse se conduzir em seu leito de morte com a esperada correção evangélica. É interessante observar também que o conteúdo destes textos daria, segundo Avery,¹⁰ acentuada importância ao medo, em franco contraste com uma pastoral católica mais preocupada em tornar a morte familiar. Assim, na fatura conjunta dessas prescrições da ortodoxia protestante, o resultado é o destaque dado, dentre o conjunto de momentos que pontuam a vivência social do morrer, no sermão fúnebre e não no momento da morte, instante assumido como decisivo na ritualística católica da morte adulta.¹¹

A diferença não poderia ser maior, portanto, do que o que se verifica nos rituais de morte infantil no Rio de Janeiro que, como já se mencionou, enfeixam quase todos os seus cuidados espirituais após o leito de morte, quando são concentradas as inversões simbólicas e materiais. Isso, em conjunto, já sugere entendimentos distintos sobre infância e inocência, ainda que nos restrinjam à ortodoxia religiosa. De fato, a necessidade do sermão já autoriza vislumbrar, no caso inglês, uma disposição muito menor em aceitar a ideia de uma pureza inerente à criança face à postura da Igreja católica brasileira, cuja despreocupação em relação aos cuidados anteriores à morte, ainda que acompanhada de uma insistência para com o sacramento do batismo, manifesta um entendimento de algum modo mais ambíguo em relação a isso.

No entanto, quando nos voltamos às práticas populares, temos informações que nos sugerem aproximações nesse âmbito entre os dois países. Com efeito, a literatura sobre a Inglaterra oferece também indícios de comporta-

⁷ JAY, Elizabeth. "Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!", op. cit.

⁸ AVERY, Gillian. *Intimations of mortality*, op. cit.

⁹ JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

¹⁰ AVERY, Gillian. *Intimations of mortality*, op. cit.

¹¹ JAY, Elizabeth. "Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!", op. cit.

mentos ligeiramente distanciados desse modelo em que é dado destaque exclusivo à conversão que antecede a morte infantil. Um deles é a preocupação em fornecer solo consagrado para crianças não batizadas, angústia também atestada em minha pesquisa sobre o Rio de Janeiro, com base nos relatos recolhidos pelos folcloristas. Como observa Jacqueline Simpson,¹² a proibição corrente, ainda que não oficialmente instituída pela Igreja inglesa, de enterro em *campo sancto* daqueles que não recebiam o batismo, era fonte de grande ansiedade entre a população, conforme testemunhado pelos contos populares, onde não faltam assombrações de alminhas a reclamar o enterro cristão que lhes franqueasse o descanso eterno. Essa preocupação é manifestada também no subterfúgio de enterrar crianças não batizadas junto com um adulto num mesmo caixão.¹³ Outro dado de semelhança, para o qual não temos maiores detalhes (para a Inglaterra) e que reclama pesquisa mais aprofundada, é o uso comum de signos associados à ideia de inocência, que, como veremos, contrariava a doutrina protestante. Esse é o caso do uso do branco, cujo significado litúrgico remete à inocência, e cuja presença é marcante nos funerais de criança especialmente a partir da segunda metade do XIX no Rio de Janeiro, quando substitui o vermelho, conforme nos contam os registros de óbitos e as narrativas dos viajantes. Simpson¹⁴ lembra que era comum na Inglaterra do XIX enterrarem-se as crianças em caixões brancos acompanhados por meninas vestidas na mesma cor. Além da referência à pureza, esta prática também sugere, como no Rio de Janeiro – onde se sabe que eram comuns, segundo os viajantes do XIX e folcloristas do XX, as participações de crianças nas procissões e na encomenda das almas de falecidos adultos –, algumas prerrogativas especiais à criança, como intermediadoras entre os homens e as autoridades celestes, em particular nas questões que tocam à morte. Não é improvável que isso devesse representar um incentivo para a prática mencionada de enterrar crianças e adultos juntos.

Antes de avançar para os pontos seguintes, antecipo que as diferenças/semelhanças constatadas em algumas dimensões rituais entre a morte infantil na Inglaterra e no Rio de Janeiro terão seus significados adequada-

¹² SIMPSON, Jacqueline. The folklore of infant deaths: burials, ghosts and changelings. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 11-30.

¹³ SIMPSON, Jacqueline. The folklore of infant deaths, op. cit.

¹⁴ Idem.

mente avaliados até o final do artigo, quando forem examinados os discursos acerca da morte menina.

O público e o privado nas manifestações frente à morte infantil

Outro aspecto em que o paralelo é seguro e sugestivo diz respeito ao que era entendido, dentro do conjunto das reações à morte infantil, como adequado à esfera pública e o que deveria estar restrito ao âmbito privado. No caso do Rio de Janeiro, a pesquisa mostrou para grande parte do século XIX que a morte infantil na sua dimensão pública (tal como registrada nas narrativas e descrições dos viajantes) é assumida como uma celebração comemorativa, se apresentando, por conseguinte, como reação positiva a uma ocorrência bem-vinda.¹⁵ A pesquisa permitiu constatar, não obstante, que esse quadro é bastante contrastante com o que se apreende do discurso íntimo, presente nas cartas e, sobretudo, nos diários e memórias. Apesar do tom de resignação e de por vezes enunciar uma argumentação que leva a crer que a morte da criança é encarada com naturalidade, esse discurso, com a intensidade daquilo que é confidenciado, é diversas vezes pontuado por uma profunda manifestação de dor que a morte prematura propiciava. É nessa disposição de emoções autorizadas ou não na esfera pública que mudanças importantes foram observadas no decorrer do XIX. Em primeiro lugar, algumas dimensões do cerimonial de morte infantil, em especial o cortejo fúnebre e a notória exposição do cadáver (conforme documentada nas descrições dos estrangeiros), vão paulatinamente se afastando de seu caráter público e coletivo para cada vez mais se restringir ao âmbito privado e, nesse movimento, aspectos antes vetados, como a participação dos parentes imediatos, passam a ser valorizados. Com efeito, a partir principalmente de meados do século, os rituais de morte infantil passam a ser, quase que exclusivamente, a celebração do amor que une a família nuclear. Os discursos presentes nas inscrições tumulares, testemunhos privilegiados dessa nova fase, confirmam essa constatação. A manifestação de dor, antes restrita ao foro íntimo, ganha com os novos cemitérios *extramuros* um espaço para ser celebrada publicamente. Nesse movimento, a

¹⁵ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*, op. cit.

tristeza, cada vez mais pública, e os rituais fúnebres infantis, restringindo-se ao círculo familiar, se aproximam para então se tornarem inseparáveis.

É possível também, a partir do que os textos sobre a Inglaterra sinalizam, reconstruir alguns elementos no que toca a essa questão em particular. A princípio, não há uma oposição tão marcada entre manifestações publicamente festivas e lamentação íntima como no caso brasileiro. Mas também constatamos uma determinada gramática das emoções que circunscrevia os lugares adequados para a manifestação dos sentimentos engendrados pela morte da criança. Nesse caso, observa-se que, no plano externo, são mais comuns manifestações que variavam das expressões de conformidade à mera contenção dos sinais de dor, deixando para a esfera da intimidade a vazão desta. Como reconhece Lawrence Lerner,¹⁶ a morte de criança sozinha poderia ser causa de um luto intenso, mas não de um luto público, documentando o contraste que havia entre as manifestações públicas sobre a felicidade da morte infantil e o doloroso desolamento dos pais em suas declarações particulares. Em todo caso, ali também são notáveis as mudanças no século XIX. Uma delas é o uso das cenas de crianças no próprio leito de morte na literatura ficcional, motivo que se torna extremamente variado e popular na era vitoriana.¹⁷ O que é evidente nesses textos é que a morte infantil se assume como um *topos* literário eficaz como dispositivo de condução dos leitores na direção de um *pathos* bastante apreciado à época, no qual as lágrimas são o objetivo maior.¹⁸ Tal é o apelo desse recurso ficcional, dada a descarga emocional que propicia, que este, segundo Reynolds,¹⁹ é revelador de uma complexa sensibilidade estético/sentimental na qual autores e público solicitam e apresentam como desejável, nestas narrativas, a morte das protagonistas crianças. O que a nós pode parecer manifestação de bizarra insensibilidade é, na verdade, a exaltação pública de uma inédita sentimentalidade face à imagem da criança que morre, tal como constatado nos cemitérios brasileiros. Se algo agora está interdito à esfera pública é a manifestação de indiferença em face à morte infantil. Isso é bastante evidente com a mudança,

¹⁶ LERNER, Laurence. *Angels and absences: child deaths in the nineteenth century*. Vanderbilt University Press, 1997.

¹⁷ LERNER, Laurence. *Angels and absences*, op. cit.; REYNOLDS, Kimberley. Fatal fantasies: the death of children in Victorian and Edwardian fantasy writing. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 169-188.

¹⁸ REYNOLDS, Kimberley. Fatal fantasies, op. cit.

¹⁹ REYNOLDS, Kimberley. Fatal fantasies, op. cit.

assinalada por Lerner,²⁰ nos poemas cujo tema era a morte de uma criança em particular. Depois do século XIX, é notável uma relutância em ostentar muito abertamente, como acontecia antes nos versos dedicados a tal assunto, habilidade métrica invulgar, como se se temesse ofuscar a atmosfera emocional adequada ao motivo enunciado e, assim, demonstrar insensibilidade.

Diante dos dados que temos em mãos, o que fica atestado com razoável segurança, portanto, é que tanto para a Inglaterra como para o Rio de Janeiro o século XIX representa uma inflexão no que toca ao regime de exposição emocional relativa à morte menina. Com efeito, é nítida a transformação no sentido de uma inversão completa na etiqueta sentimental que, antes marcada pelo interdito à manifestação pública de luto em casos de criança morta, passa a se caracterizar pela valorização e fomento da manifestação pública e, em alguns casos, coletiva, da dor propiciada pela morte da criança, ainda que por vezes este se tratasse de um evento meramente ficcional. O conteúdo e os móveis dessa transformação serão mais bem esclarecidos agora.

O significado da morte infantil

Neste item, procurarei reconstruir e avaliar os significados da morte infantil partindo daqueles manifestamente expressos nos discursos de modo a dar início a um esforço compreensivo das práticas enumeradas nos itens anteriores.

No que se refere aos textos eclesiásticos produzidos e (ou) publicados e consumidos pelos fiéis ao longo do período tratado, a Igreja no Brasil lança mão de uma representação da criança que, de algum modo, justifica sua postura no âmbito regulamentar, a qual caracterizamos acima por uma quase ausência de prescrições no que toca às cauções salvíficas e por uma relativa liberalidade nas regulamentações concernentes ao ritual e comportamento dos fiéis ante esse evento.²¹ Por um lado, esse discurso procura salientar recorrentemente o papel inalienável do batismo na purificação do pecado original, interpretação esta que vincula o estado espiritual e, por consequência, a salvação dos homens a uma iniciação ritual e não a uma qualidade intrínseca a uma determinada faixa etária. Por outro lado, nele é evidente o entendimento de que, com as crianças, as coisas relativas à morte se passam diferentemente devido a um traço que lhes é peculiar. Em inúmeras passagens, fica claro que a criança, em que é ausente a razão, está impossibilitada

²⁰ LERNER, Laurence. *Angels and absences*, op. cit.

²¹ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*, op. cit.

de pecar, o que explicaria, assim, a tendência da Igreja em avaliar as outras cautelas rituais como prescindíveis para com a criança que morre. A força dessa interpretação é também bastante evidente no impasse que se instaura entre a concepção que toma o batismo como instrumento determinante na conformação da alma e aquela outra que encara a criança como ente naturalmente puro, cuja solução é a identificação de um lugar específico no Além, o chamado “Limbo das criancinhas”. Se, do ponto de vista da escatologia cristã, essa “descoberta” parece resolver o paradoxo, o uso parcimonioso que a Igreja brasileira faz da representação do Limbo não exclui a ambiguidade observada já no nível das regulamentações. Em poucas palavras, o conjunto das práticas e discursos dos representantes da Igreja no Brasil não definia univocamente o futuro salvífico da criança morta, fosse ela batizada ou não.

No que concerne à população leiga aqui no Rio de Janeiro, são bem menos frequentes os registros do que mais expressamente se pensava a respeito da morte infantil.²² O que podemos saber, em primeiro lugar, diz respeito à nomenclatura com que era costume dar nome à criança que morre – “anjo”, “innocente”, “pequeno Jesus” – que sugere um entendimento de sua condição específica em termos salvacionais. Aqui e ali encontramos elementos que definem um pouco melhor as concepções atuantes que justificam uma aceitação desses eventos. Em primeiro lugar, encontra-se o entendimento de que a morte infantil é um privilégio, pois ao morrer na condição de criança esta tem sua salvação garantida. Em segundo, aparece a convicção de que lamentar a morte de crianças é protestar contra a vontade de Deus que, como lembrou no texto sagrado, tem especial preferência na companhia destas. Por fim, há a ideia de que a criança morta é uma intercessora entre aqueles que a amaram aqui na terra e as potências celestes, significando assim um trunfo inestimável para a proteção dos familiares em vida e salvação destes na morte. Observou-se também a esse respeito que, ao longo do XIX, tais argumentações utilizadas para dar um sentido positivo à morte menina diminuem paulatinamente e o tom de resignação desaparece por completo, evidenciando que, aqui, morte infantil não é vista mais como uma bênção. O resultado é uma lamentação que, se nem sempre deixa transparecer uma revolta, faz da frustração um lugar comum.

O acervo discursivo sobre a morte infantil na Inglaterra no século XIX mais facilmente disponível é infinitamente maior do que no Rio de Janeiro.

²² Idem.

ro, como se pode observar nas publicações a respeito. Em relação a isto, David Grylls²⁵ divide-o entre duas concepções antagônicas: uma por ele chamada de “puritana”, em que é dada ênfase ao pecado original e à necessidade de se impor o quanto antes às inclinações viciosas que, comuns a todos os homens, já se manifestam na infância, e a outra, “romântica”, em que se salienta a bondade natural da criança. É quase desnecessário assinalar que essa distinção corresponde, em alguma medida, àquela já observada em ambos os contextos comparados entre um modelo religioso e uma disposição leiga. A despeito da divisão estrita de Grylls, é notável, na chamada concepção puritano/evangélica, uma clara ambiguidade de que a ortodoxia no Brasil também deu testemunho. De um lado, como salientam autores como Elizabeth Jay, Gillian Avery e Richard Heitzenrater,²⁴ a tradição puritana e evangélica não entendia que fossem as crianças, por sua condição, mais inocentes que os adultos, do que se concluiria não haver vantagem em morrer nesta condição, visto que não é garantia de salvação. Nesse sentido, o interesse demonstrado pela morte infantil como assunto a ser explorado nos textos de educação religiosa dizia respeito à divulgação da verdade de que a morte não escolhe idade e que o bom cristão deve estar desde sempre preparado.²⁵ Por outro lado, a convicção puritana da depravação própria do ser humano vê a morte infantil como o benefício de uma saída antecipada para uma vida que não é mais do que uma série de tentações.²⁶ Daí o fato de ter sido a morte infantil, na literatura evangélica, o melhor exemplo da chamada “boa morte”, e sua popularidade como motivo entre os autores desse gênero até o início do XIX.²⁷ Assim, não é incomum que, na ficção evangélica, o leito de morte infantil apareça como ocasião de atualização espiritual dos adultos que, diante da manifestação da “suprema fé” revelada, iniciam novas vidas ao se voltarem a Cristo.²⁸

No que se refere à concepção romântica, ela está presente, entre outros suportes, na literatura de conforto e na ficcional, e se aproxima muito da

²⁵ GRYLLS, David. *Guardians and angels*. Londres: Faber & Faber, 1978.

²⁴ JAY, Elizabeth. *The religion of the heart: Anglican evangelicalism and the nineteenth century novel*. Oxford: Clarendon, 1979; AVERY, Gillian. *Intimations of mortality*, op. cit.; HEITZENRATER, Richard P. *John Wesley and children*. In: BUNGE, Marcia J. *The child in Christian thought*. Cambridge (U.K.): Eerdmans, 2001, p. 279-299.

²⁵ AVERY, Gillian. *Intimations of mortality*, op. cit.

²⁶ LERNER, Laurence. *Angels and absences*.

²⁷ JAY, Elizabeth. “Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!”, op. cit.

²⁸ Idem.

segunda inclinação observada na interpretação puritana em que se entende que, quando morre, a criança é poupada por Deus de um mundo infeliz de “pecado, tentação e dúvida”, mas vai além, acrescentando que isso se passa àqueles aos quais é reservado o paraíso. Minimizando o papel do pecado original e equalizando crescimento e degeneração, entende-se, portanto, que morrer criança é garantia de estar entre os justos junto a Deus.²⁹ Visto isso, estamos em condições de compreender um pouco melhor os sentimentos mobilizados na acima citada valorização da morte infantil como *topos* na literatura romântica. Se grande parte da força dessa imagem reside no sentimento de dor de que ela é vetor, em um momento em que sua expressão nada mais é do que a manifestação dos sólidos sentimentos que alicerçam o então valorizado núcleo familiar, o entendimento romântico dos benefícios de morrer cedo presente nessas obras propicia a pacificação do turbilhão emocional desencadeado pelo evento narrado, nisso constituindo também o forte apelo que essas descrições encerram. Daí, como observa Kimberley Reynolds,³⁰ a presença, nestes textos, de significados os mais ambivalentes, na medida em que neles as necessidades e reações de adultos são igualmente levadas em consideração. Temos informações que permitem também avaliar uma mudança na estrutura sentimental no que respeita às camadas mais baixas do espectro social através do que nos é mostrado pelas canções populares: as descrições de morte infantil no século XIX são mais melodramáticas do que os tratamentos anteriores.³¹

Para além desses dois modelos propostos por Grylls, dos quais os estudos posteriores reforçam a propriedade da divisão, é possível observar para o caso inglês outros entendimentos, especialmente por parte das pessoas que concretamente se veem às voltas com a morte de uma criança próxima. Uma concepção distinta desses dois modelos fica evidenciada nos já comentados contos populares que tratam do tema dos fantasmas de crianças que não foram enterradas em solo consagrado, representação muito próxima da medieval, na qual o destino do indivíduo está associado à coletividade dos fiéis e de que nos cuidados com o corpo estão implicados os destino da alma, não se concebendo com clareza uma separação entre essas duas esfe-

²⁹ JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*, op. cit.; REYNOLDS, Kimberley. *Fatal fantasies*, op. cit.

³⁰ REYNOLDS, Kimberley. *Fatal fantasies*, op. cit.

³¹ GAMMON, Vic. *Child death in British and North American ballads from the sixteenth to the twentieth centuries*. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 29-51.

ras (a corpórea e a espiritual). Outra representação da morte infantil fixada nesse material é encontrada em narrativas nas quais uma criança morre como uma punição para o pecado do adulto.³² Essa imagem está presente especialmente em discursos de caráter mais privado, relacionados àqueles diretamente envolvidos na morte de uma determinada criança. De fato, é muitas vezes manifestada a ideia desse evento não como termo de uma trajetória que por felicidade se interrompeu antes que desencaminhasse, mas como resultado de uma falta de seus pais que, através da perda do filho, são punidos, ou como prova de obediência e fé cristã por parte dos genitores.³³ Entendimento interessante, na medida em que atesta um deslocamento de ênfase, na tentativa de atribuir sentido para a morte da criança, de sua biografia para a de seus pais. Em todo caso, Pat Jalland³⁴ nos mostra, a partir dos diários íntimos e cartas dos súditos britânicos, que a morte de uma criança era, entre eles, muito menos tolerada que a morte adulta, em especial a de velhos, e os significados que esta passa a ter estão associados exclusivamente à dor pungente que resulta desse evento. De fato, mesmo na literatura, há sinais das limitações sobre o alcance do consolo que a representação romântica da felicidade da morte prematura podia propiciar. David Lerner³⁵ nos mostra, por exemplo, como no caso da poesia, que havia uma diferença entre escrever sobre a morte da criança-conceito e de uma criança em particular: o regozijo pertencia à criança imaginada e as lágrimas à criança real.

Como se vê, se a atitude puritana é bastante distanciada do entendimento corrente de morte infantil no Rio de Janeiro, a postura romântica é evidentemente semelhante ao que se observava entre os cariocas, com a diferença, nada negligenciável, de que aqui a criança possui um papel adicional de intercessora entre a família e as potências numinosas. Outra semelhança bastante significativa diz respeito à forma diferenciada em que, no discurso íntimo, a morte infantil é abordada, sendo que, em ambos os casos, o lamento e a dor dão o colorido específico desse discurso. Ainda nesse caso, não obstante, é interessante observar a existência de uma interpretação religiosa por parte dos puritanos ingleses, que não se faz presente entre nós, a qual diz respeito a um entendimento da morte infantil seja como lição, teste ou punição aos pais. Isto nos dá condições, portanto, para entender melhor o

³² SIMPSON, Jacqueline. *The folklore of infant deaths*, op. cit.

³³ JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*, op. cit.

³⁴ Idem.

³⁵ LERNER, Laurence. *Angels and absences*, op. cit.

estranhamento sugerido pelos viajantes, às voltas por aqui durante o século XIX, quando confrontados com funerais de crianças. Com efeito, a atribuição à criança morta, entre os brasileiros, de poderes de intermediadora entre os vivos e o sagrado, cuja correspondência ritual era a festividade nas quais o notável investimento material e social emprestava a essas manifestações um caráter de “homenagem”, estava bastante distante do que, à época, era corrente na Inglaterra em termos de sentimentos e ideias para com a criança que morre. Fosse porque a ideia mesma de pureza inerente à criança e de sua salvação garantida em alguns meios eram colocadas em questão, fosse por conta do entendimento de que quaisquer que pudessem ser os destinos de sua alma, sua partida só poderia significar uma provação divina, e provações demandam aceitação, talvez solene, mas nunca comemoração. Não obstante, afora essas diferenças fundamentais, algumas semelhanças de fundo são bastante significativas também. Em ambos os casos, é notável a diferença entre o que a ortodoxia propõe em termos de representação de morte menina e o que a esse respeito é revelado pelas falas e ações daqueles que enfrentam concretamente a morte de uma criança próxima. Não há melhor oportunidade para que seja possível vislumbrar a participação que os sentimentos têm na reformulação e escolha das representações que coexistem para um mesmo período. Nesse sentido, é importante lembrar que o registro sentimental de uma época, tal como as representações que o discurso organizado nos lega, é produto de condições históricas em grande parte compartilhadas, mas obedece a ritmos diferentes, ainda que relacionados. É isso o que, a meu ver, está na raiz da ambiguidade atuante em ambas as sociedades em sua definição de infância e no entendimento de sua morte.

As forças históricas e o estatuto social da criança e da criança morta

Neste último (e principal) item, ocupar-me-ei de duas tarefas principais: (1) esboçar, por meio de um escopo mais abrangente, algumas explicações para os dados acima levantados e (2) examinar melhor os significados de ordem social que esse fenômeno permite iluminar. Em outras palavras, procurarei apontar os móveis sócio-históricos que estão na origem do fenômeno em questão e, na sequência, refletir como essas representações e suas inflexões oferecem um ponto de vista privilegiado no vislumbre dos diferentes estatutos sociais assumidos pela criança que morre nesses diferentes contextos em transformação.

Invertendo o que temos feito até aqui, começaremos pelo caso inglês. Este, afora algumas importantes particularidades, vivencia alguns fenômenos que, mais tarde e em menor grau, estarão presentes no Rio de Janeiro.

A virada do século XVIII para o XIX, vivida ainda sob o influxo da Ilustração, é marcada pela iniciativa em colonizar, via razão, esferas da sensibilidade e do entendimento dominadas seja pelas representações religiosas, seja pelas que, de modo mais amplo, recorriam ao sobrenatural. O resultado disso, para o que nos interessa, é que o início do período tratado conhece o estabelecimento de uma relação bastante característica com a morte cujo traço mais saliente é uma inédita naturalização do morrer.³⁶ Um dos efeitos mais visíveis dessa transformação seria a presença de um novo protagonista junto ao leito de morte, o médico, cuja atuação, se ainda ineficaz para impedir que a morte se instale, foi fundamental (especialmente com o recurso aos opiáceos) para que este processo ficasse cada vez mais livre do sofrimento e agonia que o costumavam acompanhar. Dessa nova experiência resultou, em termos de discurso, uma inflexão em relação aos períodos anteriores, isto é, uma diminuição da ênfase na condenação eterna/inferno, e na imagem idealizada do morrer como um suave adormecer. Esse modelo e a sua tendência evolutiva em termos de uma secularização e cientificização da morte, que deixariam, a longo prazo, marcas perenes, ganharão, não obstante, novos contornos e sofrerão significativos desvios sob influência de três movimentos surgidos ao longo do século XIX para, apenas ao final desse período e sob os auspícios de novas condições, se impor mais claramente.³⁷

O primeiro deles, já atuante nas primeiras décadas do XIX, e que teve reconhecidamente longa vigência e enorme influência na sensibilidade oitocentista é o Romantismo, *ethos* burguês marcado por uma reação ao lugar privilegiado a que o Iluminismo deu razão e pela valorização, quase obsessiva, do indivíduo na sua irredutível particularidade, bem como do modo através do qual esta melhor se manifestaria, em suma, pela exaltação dos sentimentos. Uma consequência disso é a suma importância que é atribuída, especialmente nesse novo cenário de consolidação do modelo de família burguesa nuclear, aos sentimentos que unem os cônjuges e estes aos filhos.³⁸

³⁶ RUGG, Julie. From reason to regulation: 1760-1850. In: JUPP, Peter; GITTINGS, Clare (eds.). *Death in England: an illustrated history*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 2000 (1999), p. 202-229.

³⁷ RUGG, Julie. From reason to regulation, op. cit. e JALLAND, Pat. Victorian death and its decline, op. cit.

³⁸ JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*, op. cit

Sobre isso é importante lembrar, com Lawrence Stone,³⁹ que houve efetivamente um significativo crescimento na afeição constituinte das relações familiares na Inglaterra, mudança notável especialmente a partir do século XIX e que seria resultante, segundo ele, do fato de que o casamento paulatinamente se distancia do modelo que assumia em torno de 1500, cujo papel era quase exclusivamente econômico/reprodutivo. Isso teria implicado o desenvolvimento de relações sentimentais mais calorosas não apenas entre os cônjuges, mas também entre estes e os filhos. No que respeita à morte, o que temos, de um lado, é a valorização da expressão quase selvagem de luto pela perda de um ente querido.⁴⁰ De outro, ainda na esteira de uma visão mais benéfica do Além legada pela tradição clássica, ele propôs uma imagem do paraíso sobre o qual deixa-se de salientar como característica especial a contemplação divina para se enfatizar sua condição de lugar onde amantes e família voltam a se reunir.

Esse rearranjo da já há muito edulcorada concepção da morte seria, de algum modo, interrompida durante a década de 1840 (não definitivamente, dado que tais elementos do Romantismo voltariam a ter grande apelo após esse intervalo) por um terceiro movimento, o chamado “reavivamento gótico”.⁴¹ Este fez parte de uma reação mais ampla à sociedade de fins do XVIII, em especial ao que se entendeu como um afastamento face às instituições, rituais, valores e vida cristãos. Como resultado desse renovado fervor que se manifesta em todos os aspectos da vida civil, as representações do inferno e da danação eterna reaparecem com força. Até que, ao fim década, tal visão do Além passa a ser fortemente questionada. Este breve interregno no qual ressurgem as representações dos tormentos infernais está relacionado, como se disse, a um processo maior e mais duradouro, o evangelicalismo, cujas transformações têm relação tanto com o ressurgimento e apelo social dessas imagens como com o seu segundo ocaso. Movimento reformador interno e externo (na vertente metodista) à Igreja anglicana que surge no século XVIII esteve associado (tal como o Romantismo) ao longo processo de afirmação e expansão, para outros grupos sociais, dos modelos e valores de vida burguesa, atuantes durante o XIX.⁴² Buscando o aprimoramento espiritual e

³⁹ Stone, Lawrence. *Family sex and marriage in England, 1500-1800*. Londres: Penguin, 1990.

⁴⁰ RUGG, Julie. *From reason to regulation*, op. cit.

⁴¹ Idem.

⁴² JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*, op. cit.; JALLAND, Pat. *Victorian death and its decline*, op. cit.; HALL, Catherine. *Sweet home*, op. cit.

moral da sociedade por meio da conversão individual e da defesa de uma vida integral junto a Cristo, atinge enorme impacto social nas décadas entre 1850 e 1860 para, na decúria seguinte, entrar em descenso. Nesse processo, a família adquiriu importância inédita. Como observa Pat Jalland,⁴⁵ o movimento evangélico na Inglaterra elevará a instituição familiar à condição de instância religiosa fundamental, uma vez que esse movimento assumiu-se a si mesmo enquanto religião do “lar e do coração”.

Sobre as imagens e prática relativas à morte veiculadas por esse movimento, podemos afirmar que ele combinará, de forma distinta ao longo de sua existência, elementos dos três modelos anteriores, adequando-os aos seus fins. Ainda que inicialmente tenha feito largo uso das imagens do inferno, obedecendo a estratégia de conversão fundamentada no medo, a partir da segunda metade do XIX, reorientará essa abordagem e, sem abandonar de todo essa concepção bipartida do Além, dará ênfase aos aspectos positivos da bem-aventurança que aguarda os justos após a morte. Fará isso, em primeiro lugar, reapropriando-se da representação clássica do morrer como um adormecimento. Tal suave trespasse seria entendido, para os evangélicos, como manifestação da “boa morte”, a que todo cristão deve se fazer merecedor, visto que esta é nada menos do que a anunciação do ingresso no Céu. Sobre ele é que encontramos outra reutilização imagética operada pelos evangélicos: o paraíso celeste é lugar de reencontro da família que, como se viu, foi estimulada pelo imaginário romântico. Essa representação se mostraria bastante adequada ao entendimento evangélico do seio familiar como núcleo por excelência da vida religiosa. Segundo Pat Jalland, a partir da década de 1870, esse cenário muda completamente, implicando num gradual desaparecimento do imaginário religioso associado à morte. Isso se deu por meio de dois processos. O primeiro deles foi a forte redução nas taxas de mortalidade e numa visão cada vez mais medicalizada da morte, cuja ocorrência passa a ser encarada como monopólio natural daqueles em idade avançada. Em segundo lugar, a sociedade inglesa viverá, a partir desse período, um amplo e profundo processo de secularização, processo que iria se acentuar com a Primeira Guerra Mundial, tanto por explicitar a ineficácia das explicações de ordem religiosa para a hecatombe resultante como por tornar inviáveis os cuidados que caracterizavam a “boa morte” evangélica.

⁴⁵ JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*. op. cit; HALL, Catherine. *Sweet home*, op. cit.

Por um lado, a representação evangélica da condenação eterna permite entender a especial preocupação, entre os ingleses, dos cuidados que precedem a morte entre as crianças e a larga difusão dos livros de conversão tendo em vista este público. Por outro, o novo realce dado a uma representação mais benéfica da morte (seja pela associação ao adormecer beatífico, seja pela esperança do reencontro no Além) também está na origem do grande espaço que é reservado, nos livros evangélicos de instrução religiosa do século XIX e antes, às narrativas/descrições de crianças em seu leito de morte e o seu desaparecimento no século seguinte. Isto torna compreensível o largo uso dessa imagem como exemplo maior da “boa morte”, isto é, do ato final de uma vida cristãmente conduzida. Além disso, a reorientação das relações familiares e a valorização dos sentimentos que a presidem (de que nos fala Stone) e que é identificada tanto na expressão romântica, como no movimento evangélico explicam este e outros aspectos já assinalados nos comportamentos fúnebres infantis na Inglaterra e que se acentuam ao longo do século XIX: (1) o papel central que a família assume nas narrativas de morte infantil nos textos de natureza religiosa, seja enquanto concebida como instância privilegiada para a adequada preparação espiritual do jovem moribundo e condução do evento final, seja pela ideia de que a “boa morte” infantil é instrumento eficaz de reconversão dos parentes próximos à fé, visto que é ocasião em que se manifesta a graça divina; (2) a viva expressão dos sentimentos envolvidos por ocasião desse fenômeno por parte dos envolvidos, manifestações estas que vão paulatinamente deixar de se circunscrever ao foro íntimo; e (3) a febre literária pela temática da morte infantil que tem lugar no século XIX inglês. A conexão entre tais comportamentos e esse contexto é tamanha que, segundo Pat Jalland, o enfraquecimento da expressão aberta dos sentimentos familiares coincide com o ocaso de ambos os movimentos entre as décadas de 1870 e 1880, tendência acelerada, ao menos no caso dos homens, pelo *ethos* das escolas públicas, que se caracterizaria pelo culto à masculinidade e à reserva sentimental, entendida esta como traço daquela.⁴⁴

Vale acrescentar, por fim, que, para explicar em particular a febre literária do tema da morte infantil, autores como Kimberley Reynolds⁴⁵ avançam algumas explicações de ordem sócio-psíquica. Para ela, em primeiro lugar, e de modo mais geral, é possível que parte do apelo que esse tema possui entre adultos assenta-se na possibilidade que este abre de explorar o “úl-

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ REYNOLDS, Kimberley. *Fatal fantasies*, op. cit.

timo tabu” que é o de desejar a morte de crianças, uma vez que os filhos em si mesmos estão a lembrar da mortalidade dos pais – uma vez independentes, os tornam inúteis biológico-socialmente. Mais curiosa, a nosso ver, é a hipótese específica que, a esse respeito, a autora constrói levando em consideração o contexto da Inglaterra vitoriana. Ela lembra que algumas representações da morte infantil desse período se apresentaram como ocasião para manifestações sensuais. Segundo ela, a celebração vitoriana da família fomentou a fantasia de relações incestuosas adultas, cujo tabu é de algum modo contornado ao ser esse desejo deslocado para a criança morta que, dada sua dupla condição (*criança e morta*), implicava na renúncia (ideal) à efetiva consumação desse desejo, sobretudo num momento em que a pedofilia ainda não é um conceito. A criança morta se tornaria, assim, depositária de desejos que não encontravam outra forma de expressão.

Para o caso do Rio de Janeiro temos, para as primeiras décadas do XIX, *grosso modo*, o seguinte quadro. É possível afirmar que o mencionado interesse com que os textos eclesiásticos envolveram o batismo e as representações de morte infantil a ele associadas estiveram relacionados a uma disposição submetida a dois ditames cuja origem remonta ao início da ocupação do território brasileiro: a fidelidade aos princípios do Concílio de Trento e o projeto de conversão no Novo Mundo.⁴⁶ Por outro lado, da impossibilidade de cumprir plenamente, por uma série de motivos, os objetivos assim definidos, resultou, por parte da Igreja, uma espécie de indiferença em relação à criança morta. Entre essas forças limitadoras estiveram, em primeiro lugar, as condições impostas pelo regime do padroado no Império luso, que submetiam os quadros eclesiásticos aos interesses do Estado e às exigências estruturais da colonização e, nesse sentido, o convertiam em divulgadores de um modelo de família adequado à empresa colonizadora, o modelo patriarcal. Além disso, a deficiência de material e de quadros com que a Igreja aqui se viu às voltas foi um sério obstáculo, senão o mais importante, para que a ortodoxia fosse seguida à risca. Esse panorama, além disso, torna plausível imaginar, como bem o fez Gilberto Freyre,⁴⁷ que a crença na salvação garantida da criança deve ter ajudado na conversão do gentio – sobretudo quando se considera a carnificina (assassinatos e doença novas) que envolveu a conquista, principalmente no que tocou aos curumins –, pois suavizava a repulsa que os na-

⁴⁶ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*, op. cit.

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1977.

tivos, nessas circunstâncias, votavam à religião dos padres, associada à truculência dos colonos e de suas moléstias. Mais importante ainda foi o papel estratégico que os primeiros missionários delegaram à criança para a conversão indígena, recurso de que resultou não apenas a ideia de que a criança é pura, mas, mais ainda, de que ela é especialmente propensa ao sagrado.

São estas condições históricas que atuaram, certamente, na larga acolhida que esta faceta mais positiva da representação da morte infantil encontrou entre a população leiga brasileira também nas primeiras décadas do período em tela. Mas outros aspectos devem ser considerados para que a ênfase fosse colocada mais na propensão natural à salvação da criança do que na importância do batismo para tanto. Por um lado, este grupo representa quem sofre mais diretamente o impacto da perda da criança e, assim sendo, é o mais pronto a abraçar uma concepção muito mais tranquilizadora, uma vez que o recurso ao batismo nem sempre é uma opção. Por outro lado, o já citado modelo patriarcal de família, o qual estava de algum modo presente no discurso eclesiástico, é plausível supor que operasse de forma mais insidiosa no restante da população, em especial aquela mais bem representada pelos testemunhos aos quais tive acesso, as camadas altas e médias. É essa diferença de grau que, por sinal, presumimos estar na origem da outra diferença que encontramos entre a imagem de morte infantil expressa por eles face à representação eclesiástica da infância e de sua morte. Esta é a já mencionada identificação entre a criança, a virgem e o solteiro, em que resta claro um entendimento de infância caracterizado especialmente pela ausência da prática sexual. Isto sugere uma forte correspondência entre essa sensibilidade para com as idades da vida e a concepção de família derivada do modelo patriarcal, em que os filhos e filhas solteiras, à sombra do pai, tendem a ser, em sua posição subalterna, infantilizados.⁴⁸

No que toca às transformações vislumbradas entre a população leiga, estas ganham inteligibilidade quando levamos em conta, em especial, toda uma nova ordem de fenômenos que têm lugar a partir de meados do século XIX. Estes, em primeiro lugar, dizem respeito às transformações pelas quais passou a cidade e que explicam a lenta, mas irreversível, consolidação de uma série de novos grupos sociais com seus valores e padrões de vida. Com a transferência da família real em 1808 e o recém-adquirido estatuto de sede do Império, a já assentada vocação comercial da cidade saltaria em

⁴⁸ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*, op. cit.

montante e complexidade de negócios,⁴⁹ adicionando ao cenário social local a concentração e estabelecimento até então desconhecidos de uma elite político-econômica, composta pelo aparato político-administrativo, representantes diplomáticos, grandes comerciantes e capitalistas.⁵⁰ Esse processo teria continuidade com a Independência, a expansão e a hegemonia da economia cafeeira na década de 1850 e o desenvolvimento do sistema viário que, ao garantir, por quase todo século, à Corte, o papel de centro de convergência do principal produto brasileiro, potencializaram a importância da cidade como polo de atração de coisas e gentes. Outro processo que tem, igualmente, como marco decisivo, a vinda da família real, significaria, por outro lado, uma série de tentativas de controle, intervenção e transformação das práticas cotidianas da população, nos (mal delimitados) âmbitos da vida pública e privada por parte do Estado brasileiro ao longo do período em questão. Isso decorreu da necessidade de, como lembra Paulo César Garcez Marins, “exteriorizar-se como metrópole”, exigência que seria reafirmada com a Independência e que, desde o início, se baseou num discurso higienista.⁵¹ Ilmar Rohloff de Mattos, ao analisar o processo de consolidação do Estado imperial e de ascensão ao poder de uma elite – que buscava legitimidade nos modelos “civilizados” do Velho Mundo, ao mesmo tempo em que trabalhava pela manutenção do regime escravista –, assinala o papel que nesse intento tiveram as tentativas de “ordenar as grandes famílias”: por meio disto, estaria o país a salvo das tão temidas rebeliões escravas e da má opinião internacional.⁵²

A aliança com a classe médica, um dos tantos fornecedores dos argumentos necessários à ampliação do poder do Estado, seria um dos meios pelos quais a classe dirigente garantiu a consecução de seus interesses.⁵³ Com efeito, no Brasil, a profissionalização da medicina caminhou de mãos dadas com a consolidação do Estado imperial: ainda no ano de 1808, são fundadas as escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, ambas transformadas posteriormente nas academias médico-cirúrgicas em 1832.⁵⁴ Com isso se impõe a “ofensiva” dos bacharéis em medicina no sentido de ganhar espaço nos grupos dirigentes. Isso será feito por meio da defesa da saúde coletiva,

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

⁵¹ Idem.

⁵² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵³ Idem, p. 90.

⁵⁴ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

justificando o estabelecimento de um novo instrumento de controle social – a “higiene pública”⁵⁵ – e da ciência médica, que deve ser uniformizada e oficializada em contraposição a outras práticas de cura, uma vez que caberia a ela fornecer os fundamentos, a legitimação e, principalmente, os agentes dessa nova modalidade de poder.⁵⁶ Duas orientações presentes na militância desses profissionais nos interessam em particular, uma vez que será também através dela que a morte infantil ganhará significados novos no Brasil. Em primeiro lugar, a defesa da profissionalização da prática médica através da luta contra o “charlatanismo”, muitas vezes identificado ao infanticídio ou ao erro médico, responsável, segundo esse discurso, por incontáveis mortes entre os recém-nascidos. Em segundo lugar, uma vez que é a higiene pública que fornecerá os argumentos para a intervenção do Estado na vida familiar, uma das estratégias que orientou esse novo discurso foi a defesa de dois dos personagens do universo doméstico: a mãe e a criança.⁵⁷

Esse conjunto de transformações pelas quais a cidade passa ao longo do século XIX terá grande impacto nas atitudes frente à morte infantil no Brasil.⁵⁸ Em primeiro lugar, por meio da disseminação de um modo de vida urbanizado e de padrões burgueses de comportamento, a qual participará no remodelamento das relações familiares e na forma de manifestar os sentimentos que as presidem, processo esse que ocorreria nos moldes do que antes já se observava no hemisfério norte, guardadas as devidas proporções e as significativas particularidades. Esse processo seria catalisado com a atuação das classes médicas, por tudo aquilo que mencionamos acima. De fato, não apenas essas ações ajudarão a fomentar um novo modelo de família, mas, dentro dessa nova orientação, a morte infantil e as atitudes que desencadeia, alcançarão o estatuto de problema de saúde pública. Nesse discurso, ela não só deixa de ser, por conseguinte, naturalizada, como a representação tradicional de morte infantil passa a ser identificada como parte do problema. É a partir da consideração dessas forças históricas que ganham sentido as transformações observadas nos comportamentos que cercam a morte infantil no Brasil. Em primeiro lugar, pelo crescente fechamento dos rituais à esfera familiar e pelo desaparecimento de alguns elementos, como aqueles

⁵⁵ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ ENGEL Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

⁵⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

associados às festas e à extrema exposição do cadáver. Em segundo lugar, pela valorização do luto, especialmente por parte dos parentes próximos. Por fim, a crescente publicitação das manifestações de tristeza pungente que passam a pontuar a morte menina, uma vez que se rarefazem os argumentos de natureza espiritual que tornavam inteligível e aceitável essa perda. Um bom exemplo do que resultou disso são as marcas perenes de dor fixadas em seu suporte por excelência, a inscrição tumular, as quais têm uma função dupla: se prestam a homenagear a instituição familiar, registrando os sólidos sentimentos que a sustentam, como também manifestam a todos o doloroso reconhecimento de uma falta no cumprimento para com sua prerrogativa fundamental perante a sociedade e o Estado.

Examinando lado a lado os dois contextos, é perceptível, especialmente para o começo do XIX, que o conjunto de forças sociais – especialmente no que se refere a sua origem – em atuação nas práticas e representações em torno da morte infantil é radicalmente distinto entre um caso e outro. O que resta semelhante, mas longe de ser surpreendente, é o papel que as instâncias e movimentos religiosos possuem em ambos. De todo modo, é possível desenhar algumas hipóteses sobre a existência de algumas variáveis históricas comuns – ainda que com uma defasagem de atuação de mais de meio século entre o Rio de Janeiro e a Inglaterra e da significativa diferença de abrangência social da incidência desses fatores –, hipótese essa plausível a partir mesmo das semelhanças observadas para cada país conforme expostas nos itens anteriores. Ainda que não haja reflexões e pesquisas mais aprofundadas para a inflexão que se observa nas manifestações das afeições familiares no Rio de Janeiro especialmente ao final do século XIX e início do XX – período no qual foram observadas transformações nas atitudes frente à morte menina que apresentam indícios inquestionáveis dela –, é possível conjecturar que dois dos elementos assinalados acima, que respondem pelas mudanças que, nesse âmbito, foram verificadas na Inglaterra, tenham atuado também aqui. Seriam aqueles relacionados ao lento, mas irresistível, processo de urbanização e aburguesamento das formas de vida e das relações sociais que gozaram as elites das grandes cidades do país nesse momento: um deles é o longo processo assinalado por Stone de ressignificação do matrimônio que deixa de representar exclusivamente uma estratégia familiar de reprodução econômico-social, para se assumir também como enlace afetivo entre os cônjuges; o outro, que deve ter atuado em escala muito menor, é o papel do movimento romântico.

Agora resta avaliar como as atitudes frente à criança morta são reveladoras dos estatutos sociais assumidos pela criança nesses diferentes con-

textos. Com sua muito popular *História social da criança e da família*,⁵⁹ Philippe Ariès legou a imagem forte de uma evolução no Ocidente no sentido de uma crescente percepção da criança nas suas particularidades a partir, sobretudo, do fim da Idade Média, como parte de um processo maior de constituição e valorização do indivíduo (tema caro a este historiador) e a consequente maior sensibilidade para com as idades da vida. Isso explicaria a importância que iria ter a criança como especialidade científica e, mais tarde, como a nova categoria etária cuja identificação essa disposição sensível favorecerá – o adolescente. Ariès observou que a representação medieval da criança era em grande parte a de uma espécie de adulto em miniatura, ou seja, em nada mais se distinguindo daquele do que em suas reduzidas dimensões. Ao longo do processo identificado por Ariès é que se constituiria uma percepção diferenciada da criança em sua esfera espiritual, moral, psíquica e física. Ainda que, em linhas gerais, sua avaliação se conserve válida, os resultados de nossa pesquisa exigiram que o movimento assim desenhado, já no caso do Rio de Janeiro, fosse recolocado em termos mais precisos. Assumindo por vezes formas marcadamente distintas, é essencialmente o mesmo o que se observa para a Inglaterra, reforçando a importância da constatação feita para o Rio de Janeiro. Vejamos como isso se dá.

Em primeiro lugar, ainda que se confirme a existência de entendimento específico para a criança ao longo do período em questão, no qual efetivamente as particularidades físicas e psíquicas desta interessarão mais de perto a um olhar crescentemente científico, é necessário notar que esse processo significou também, para os dois países em questão, a substituição de ênfase em características que definiam a criança em sua positividade para aquelas que nela enxergam quase apenas as condições provisórias do futuro adulto e os cuidados especiais que essa situação – vista como precária – exige para a realização satisfatória dessa virtualidade. As representações da infância largamente disseminadas no Brasil do século XIX e com menor intensidade na Inglaterra vitoriana (no caso da chamada representação “romântica” da criança) ao enfatizar a pureza infantil e sua especial condição espiritual – características estas potencializadas quando a criança é morta – atestam a existência de um entendimento específico sobre a criança. Essas qualidades, como se vê, não têm qualquer relação com as eventuais projeções que a sociedade fazia sobre que tipo de adulto essa criança porventura viesse a se

⁵⁹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

tornar (não se deve negligenciar, por sinal, que sua morte era vista tão ou mais “natural” que sua sobrevivência). Inversamente, é esse o caso das representações da infância divulgadas pelos escritos científicos especializados, os quais, ao se voltarem à criança, estão interessados, sobretudo, no futuro adulto/cidadão, saudável física e moralmente. E é nessas circunstâncias que a situação específica do morrer criança deixa de ser ocasião para se verem reforçadas as qualidades que a particularizavam para deixar um lugar vazio de sentido tanto no que toca à sua breve existência quanto ao seu termo.

Mas isso ainda não é o mais importante. O entendimento específico de que era objeto implicava a atribuição, à criança (viva e morta), de uma função social particular, como também é verdadeiro, como procuraremos demonstrar, que, em determinadas condições, a criança se veja sem um lugar social exclusivo e sem as prerrogativas especiais dele decorrentes. Nossa hipótese é que, tanto para o Rio de Janeiro como para Inglaterra, ao deslocamento de ênfase, na identificação da criança, dos traços morais e espirituais para os de ordem psíquica e biológica, correspondeu o movimento que desembocará nessa espécie de “limbo” (o termo é duplamente apropriado) social que a criança hoje parece assumir quando comparada com o que observamos para o período estudado. No caso do Rio de Janeiro, isso se fazia por meio da crença na proximidade que a criança tinha com o numinoso, o que lhe garantia atribuições especiais, bem ilustradas na participação de destaque que tinha nas procissões e na condução de ofícios fúnebres. Quando morta, esse *status* alcançava um patamar muito maior, revestida do papel de intercessora entre os vivos e as potências celestes, condição que explica a vultosa inversão material e social e o caráter comemorativo observados nos funerais infantis. Ainda que manifestada de forma bastante diferenciada, na Inglaterra em questão, a criança que morre se vê igualmente investida de um estatuto social privilegiado. Nesse caso, vemos isso em atuação naquilo que os estudiosos chamaram de representação “evangélica” da criança. Elizabeth Jay⁶⁰ lembra que, ao negar o traço de inocência localizada na criança pelo Romantismo, o entendimento puritano aumentava o valor da criança morta como instrumento de pregação: à espera de conversão e batismo, em seu estado original, era a ilustração perfeita que mostrava que a fé, e não as ações, era a única coisa necessária para a salvação. Assim, tornava-se o exemplo supremo de profissão de fé cristã. Papel de professora que implica-

⁶⁰ JAY, Elizabeth. “Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!”, op. cit.

va, reconhece a autora, em ganho de dignidade. Em reforço a isto, Reynolds⁶¹ salienta como o salto de estatuto, propiciado nesse contexto pela criança moribunda que afirma a veracidade da ortodoxia religiosa, a aproxima do adulto, iniciando com a morte o movimento de separação e individuação característico da idade madura. Como se vê, tanto um caso quanto o outro se distinguem de uma representação de infância mais próxima de nós, na qual a criança, isolada até que atinja a idade adulta, não possui função social que lhe seja específica.

Balanço final

Neste esforço comparativo preliminar das práticas e representações da morte menina no Rio de Janeiro e na Inglaterra, estamos diante de um quadro que, se permitiu melhor compreender o estranhamento sugerido pelos viajantes às voltas por aqui durante o século XIX, também nos deu condições, pelo contraste, de melhor definição das variáveis históricas em jogo não apenas no que respeita às notáveis diferenças observadas ao longo século XIX, mas também para com importantes traços comuns que se tornam mais evidentes quando se encerra esse período. Dentre os móveis socioculturais em jogo não poderia deixar de ser evidente, para ambos, o papel da religião. Ela parece ter sido importante o suficiente para explicar grande parte das diferenças observadas entre esses dois países. Outros fatores, vinculados à estrutura familiar e a uma ordem social específicas para cada caso, e que são também matrizes de diferença, passam a propiciar semelhanças notáveis nesse âmbito, submetidas que estarão a algumas forças históricas comuns: o movimento romântico, mas, principalmente, a urbanização e a disseminação de um modo de vida burguês.

No que se refere aos significados da morte infantil e à representação de infância que eles testemunham, afirmamos acima que, se as atitudes que na Inglaterra estão associados à chamada representação “evangélica” da criança são bastante distanciadas do entendimento corrente de morte infantil no Rio de Janeiro, a postura romântica é em alguns traços bastante semelhante ao que se observava entre os brasileiros, no que se refere ao entendimento de uma inocência inerente a essa condição etária. Esta relação, curiosamente, se inverte quando consideramos as funções sociais específicas para com a

⁶¹ REYNOLDS, Kimberley. *Fatal fantasies*, op. cit.

criança que morre, aspecto bastante saliente no Rio de Janeiro. Se não é claro, nas chamadas atitudes “românticas”, um papel social específico atribuído à criança que morre, no caso da disposição “puritana”, esta possui uma função social marcante, como exemplo e mestre da condução cristã no leito de morte, ganhando, por meio dela, a dignidade adulta. Ainda assim, nada menos parecido com a atribuição à criança morta, entre os brasileiros, de poderes de intermediadora entre os vivos e o sagrado.

É importante notar também que tais contextos, animados por motivos imediatos diferenciados – um marcado pela ingerência dos poderes públicos no âmbito privado (Rio de Janeiro) e outro pelo movimento “evangélico” (Inglaterra) –, serão capazes de engendrar efeitos similares, como a inédita valorização da família nuclear e dos sentimentos que a une, os quais, por sua vez, vão replicar numa transformação comum: ela diz respeito à publicitação de um conjunto de reações antes restritas ao foro íntimo. O registro sentimental nos remete, por fim, a um traço comum entre esses dois casos que é notável não só por estar presente ao longo de todo o período abordado, mas também por poder ser identificado a um processo maior que, de algum modo, participa daqueles relacionados aos elementos descritos acima: o rearranjo afetivo nas relações entre cônjuges, pais e filhos de que nos fala Stone. Em ambos os casos, é notável a diferença entre o que a ortodoxia propõe a respeito da morte menina e o que é observado entre aqueles que enfrentam concretamente a perda de uma criança próxima, deixando espaço para ponderarmos melhor sobre o papel que os sentimentos – estes, bem entendido, igualmente históricos, mas obedientes a uma temporalidade de ritmo distinto – têm na reformulação e escolha das representações que coexistem num mesmo contexto. Estas representações, por sua vez, animam a ambiguidade que se observa em ambos os casos na definição de infância, no entendimento de sua morte e na função social da criança (viva ou morta) que delas é decorrente.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- EVERY, Gillian. Intimations of mortality: the puritan and evangelical message to children. In: EVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 87-110.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- ENGEL Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1977.
- GAMMON, Vic. Child death in British and North American ballads from the sixteenth to the twentieth centuries. In: EVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 29-51.
- GRYLLS, David. *Guardians and angels*. Londres: Faber & Faber, 1978.
- HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981, p. 53-92.
- HEITZENRATER Richard P. John Wesley and children. In: BUNGE, Marcia J. *The child in Christian thought*. Cambridge (U.K.): Eerdmans, 2001, p. 279-299.
- JALLAND, Pat. *Death in the victorian family*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- JALLAND, Pat. Victorian death and its decline: 1850-1918. In: JUPP, Peter; GITTINGS, Clare (eds.). *Death in England: an illustrated history*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 2000 (1999), p. 230-255.
- JAY, Elizabeth. "Ye careless, thoughtless, worldly parents, tremble while you read this history!": the use and abuse of the dying child in the evangelical tradition. In: EVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 111-132.
- JAY, Elizabeth. *The religion of the heart: Anglican evangelicalism and the nineteenth century novel*. Oxford: Clarendon, 1979.
- LERNER, Laurence. *Angels and absences: child deaths in the nineteenth century*. Vanderbilt University Press, 1997.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- REYNOLDS, Kimberley. Fatal fantasies: the death of children in Victorian and Edwardian fantasy writing. In: EVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 169-188.

- RUGG, Julie. From reason to regulation: 1760–1850. In: JUPP, Peter; GITTINGS, Clare (eds.). *Death in England: an illustrated history*. Nova Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2000 (1999), p. 202–229.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- SIMPSON, Jacqueline. The folklore of infant deaths: burials, ghosts and changelings. In: AVERY, Gillian; REYNOLDS, Kimberley (eds.). *Representations of childhood death*. Nova York: St. Martin Press, 2000, p. 11–30.
- STONE, Lawrence. *Family sex and marriage in England, 1500-1800*. Londres: Penguin, 1990.
- VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

Recebido: 12/04/2012 – Aprovado: 15/08/12